

## A MICROFÍSICA DO PODER EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS E SEU POTENCIAL IMPACTO SOCIOECONÔMICO

### THE MICROPHYSICS OF POWER IN A TIME OF SOCIAL NETWORKS AND ITS POTENTIAL SOCIOECONOMIC IMPACT

**Marco Túlio Domingues Costa<sup>1</sup>**

Coordenador de Engenharia da Faculdade Doctum de João Monlevade

**RESUMO:** A compreensão das relações de poder existentes na sociedade possui caráter altamente complexo e vem sendo analisada e discutida há tempos em busca da apreensão do seu significado para a sociedade ou mesmo para analisar circunstâncias particulares. A questão adicional a ser posta em discussão aqui, então, diz respeito à necessidade de trazer uma reflexão e uma discussão sobre como o poder estratégico é capilar e como essa forma de dominação são bem compreendidas e bem exploradas para fazer valer a prevalência das regras sociais que possam privilegiar determinados grupos, além de como uma soma de fatores existentes atualmente tem tornado essa tarefa cada vez mais simples, barata e eficaz. Ao pensar sobre tais aspectos poderemos extrapolar as discussões conceituais e trazer luz a questões reais que estão se desenhando em nossa sociedade, como, por exemplo, o papel exercido pelas redes sociais nas vidas das pessoas e o impacto da exploração desses mecanismos do ponto de vista socioeconômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Viés de confirmação. Panóptico digital. Políticas públicas

**ABSTRACT:** The understanding of existing power relations in society has a highly complex character and has been analyzed and discussed for some time in search of apprehending its meaning for society or even to analyze particular circumstances. The additional question to be discussed here, then, concerns the need to bring about a reflection and a discussion on how strategic power is capillary and how this form of domination is well understood and well explored to enforce the prevalence of social rules that may favor certain groups, as well as how a sum of factors that currently exist has made this task increasingly simple, cheaper and effective. When thinking about such aspects, we will be able to extrapolate the conceptual discussions and shed light on real

---

<sup>1</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá; <https://orcid.org/0000-0001-6180-6356>; [marcotuliodcosta@gmail.com](mailto:marcotuliodcosta@gmail.com)

issues that are taking shape in our society, such as, for example, the role played by social networks in people's lives and the impact of exploring these mechanisms from the point of view socioeconomic.

**KEYWORDS:** Confirmation bias. Digital panopticon. Public policy.

## **O PODER E SEUS ASPECTOS SOCIAIS**

A compreensão das relações de poder existentes na sociedade possui, sabidamente, caráter altamente complexo e vem sendo analisada e discutida há tempos em busca da apreensão do seu significado para a sociedade como um todo, para grupos sociais específicos ou mesmo para analisar circunstâncias particulares. Sendo assim, muito embora tal discussão esteja amplamente difundida e trabalhada nas ciências sociais, é importante perceber que a necessidade de sua discussão não cessa justamente por haver constantes mudanças nos cenários sociais que se desenham com o passar dos anos, bem como muitas associações que ainda podem ser feitas considerando toda evolução sociológica que é e está sendo construída.

O estudo das relações de poder existentes em uma sociedade é o mote do pensamento e dos trabalhos de grandes estudiosos da sociologia, em especial dos relevantes pensadores a partir do final do século XIX, até os dias atuais. Nomes como Weber, Bobbio, Gramsci, Bourdieu, Foucault, Han, entre outros, foram e são fundamentais para a evolução da análise de como as relações de força e dominação influenciam o desenvolvimento geral de uma sociedade, e toda capilaridade de que esta é composta, desde a visão de um poder geral e institucional até a ideia do poder difuso e não concentrado por soberania. A partir das proposições desses grandes filósofos e sociólogos, muitos trabalhos versam sobre as questões do poder sobre os mais variados aspectos vivenciados na sociedade em geral e também na sociedade brasileira.

A preocupação com essas relações de dominação existentes possui, obviamente, uma importância significativa para o campo de estudo das ciências sociais e, junto dele, da construção dos modos de se propor e de se fazer administração nas organizações, visto

que estas podem se comportar como retratos fidedignos de um modelo social maior. Assim, os mesmos elementos estruturados em uma sociedade podem estar e, muitas vezes, estão contidas de forma paralela, similar ou escalar nas firmas e, dentre todos os elementos, a relação de poder existentes é, se não o elemento de maior relevância e representatividade de tal modelo, certamente um dos principais.

Trazer a conceituação por diferentes sociólogos se faz necessária já que, para entendermos como correlacionar corporações, redes sociais e aspectos econômicos e financeiros diretos dos indivíduos, a compreensão deve, todavia, extrapolar a ideia generalizada do poder de cima para baixo. Diferentemente do poder da lei – chamado de poder negativo – que age preponderantemente na negatividade, na rejeição e na proibição ou delegação do que pode ou não ser feito, o poder em termos estratégicos se dá de modo menos enfático ou hierárquico, sendo dotado de uma capacidade de difusão e a partir das próprias relações constituídas entre os indivíduos e entre estes e as instituições. Assim sendo, ponderar “o funcionamento político das relações, valorizando certas práticas, certas verdades, etc., implica pensar como essas práticas e verdades estão inseridas numa rede de produção e circulação que valorizam certos discursos e não outros e produzem certas verdades e não outras” (PISA, 2013, p. 2)

A questão adicional a ser posta em discussão aqui, então, diz respeito à necessidade de trazer uma reflexão e uma discussão sobre como o poder estratégico é capilar e como essa forma de dominação, e mesmo a concepção sobre os corpos dóceis proposta por Foucault e sua relação com a autoarbitragem proposta por Han, são bem compreendidas e bem exploradas para fazer valer a prevalência das regras sociais que possam privilegiar determinados grupos – e determinadas organizações –, além de como uma soma de fatores existentes atualmente tem tornado essa tarefa cada vez mais simples, barata e eficaz. Ao pensar sobre tais aspectos poderemos extrapolar as discussões conceituais e trazer luz a questões reais que estão se desenhando em nossa sociedade. Antes de adentrar com maior vigor a essa discussão, contudo, passamos a aventar duas conceituações prévias fundamentais à compreensão da discussão que se é proposta: a primeira é sobre o que é o poder e a segunda sobre as redes sociais.

## O PODER E SUAS FACETAS

Como opera o poder? Na visão mais generalista e predominante, o poder é entendido como sendo aquele que é operado por grandes organizações soberanas que o exercem para fazer valer suas intenções sobre grupos dominados. Naturalmente, a própria palavra poder nos remete quase que imediatamente a esta ideia e logo vem à cabeça imagens de instituições ou indivíduos no exercício de funções de grande influência e prestígio.

A visão inicial desta forma, proposta por Weber, mostra que o poder não pode ser algo sob domínio de uma determinada pessoa ou instituição. Não se pode guardar o poder ou doá-lo, por exemplo. Antes de tudo, o poder é um exercício que precisa, necessariamente, de uma relação com outros indivíduos ou instituições, ou seja, ter poder é, antes de mais nada, ser capaz de influenciar a conduta de alguém. A visão do poder como exercício é fundamental para perceber que não basta supor haver o poder, é necessário que, para que haja capacidade de influenciar efetivamente a ação de outrem, empregue-se algum artifício, que pode ser desde uma forma coercitiva até por meio da manipulação.

Aqui, a ideia do uso da manipulação, seja por sanção negativa ou positiva, mostra-se um elemento fundamental para as situações vivenciadas atualmente. O poder em sua forma persuasiva se mostra mais sutil sobretudo por se valer de signos culturais e por se dar por meio de significação e legitimação, agindo principalmente de forma ideológica. Pela visão do sociólogo italiano Bobbio (1997 *apud* BOTELHO, 2004, p. 95),

“Ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”.

Uma vez imposto “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias”, perceber a influência deste poder acaba por ser uma tarefa muito mais hercúlea, sobretudo para aqueles que são coagidos e estão na posição de dominados. A questão é que essa imposição de ideias não necessariamente ocorrerá sempre por vias hierárquicas, e aí é que surge a ideia do poder difuso, uma expressão de poder que se dá por diferentes frentes e em diferentes circunstâncias.

A visão de Gramsci sobre o poder, assim como de seu contemporâneo Bobbio também parte da concepção de um poder ideológico. Para ele, cada grupo social originalmente oriundo a exercer determinado papel social na “produção econômica” acaba por auto-suscitar, naturalmente, um grupo de intelectuais com intuito de garantir, ao mesmo tempo, homogeneidade da classe e a percepção de sua função social, política e econômica, de tal modo que as hegemonias existentes se prevaleçam (GRAMSCI, 1966 *apud* VASCONCELOS *et al.*, 2013).

Desse modo, o exercício do poder que determinada instituição, como estado ou corporações por exemplo, exerce sobre os indivíduos de uma sociedade é reforçado por atores pertencentes aos mesmos grupos destes indivíduos. Refletindo com as proposições de Gramsci, é interessante observar como as redes de comunicação são partes fundamentais no exercício do poder através da massificação das ideias hegemônicas, que passam a ser assimiladas como ideais próprios dos indivíduos por elas influenciadas, mesmo que essas ideias sejam contrárias aos reais interesses desses sujeitos. Esse ponto tem se mostrado fundamentalmente mais intenso em nossos tempos, como será discutido mais adiante.

Antes, é necessário perceber que essa influência também só é possível pela existência de um conjunto de signos. O poder não se manifesta apenas por meios materiais, mas também se revela por meio de símbolos, por isso transpõe as grandes instituições sociais básicas. Para isso, conforme nos traz Bourdieu (2006), os indivíduos acumulam capital além do econômico, podendo ser também político, social ou cultural, e são esses capitais os mecanismos empregados para o exercício do poder. Deve-se destacar seu entendimento da dominação como um processo de socialização, e nesse processo os indivíduos ingressam em uma sociedade cuja as normas, princípios morais e princípios éticos já estão prontos. Portanto, esses sujeitos já nascem delimitados a determinadas práticas sociais, geralmente impostas pela própria família e outros agentes formadores, como a escola e grupos religiosos.

Embora haja um modelo social prévio no qual todos são inseridos e que é tido como uma normalidade, o indivíduo, ao mesmo tempo que é moldado, é ativo na modificação desses símbolos. Inclusive, tal ideia nos remete, de forma análoga, à descrição do estruturalismo, abordagem epistemológica do próprio Bourdieu, elucidada por Piaget como “um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por

oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações”, tratando-se de “uma totalidade que se transforma por autorregulação” (ARAUJO, 2010, p. 126).

Essa concepção da transformação nos faz muito útil a compreender que se vivencia mudanças sociais significativas desde a apresentação das teses dos pensadores supracitados e que, ocasionado exatamente por essas transformações, novos símbolos de exercício do poder emergiram e emergem nos tempos atuais de forma expressiva e ao mesmo tempo translúcida, por ser enxergada com intensa naturalidade à maioria dos indivíduos.

Todavia, dentre todas as facetas do poder, a que mais se faz necessária a ser posta à luz em prol das discussões que se quer promover por este texto é a concepção trazida por Foucault (2014). O pensador traz uma interessante forma de compreensão do poder na atualidade, uma vez que seu mecanismo de operação é mais sutil na medida que os indivíduos são subjetivados através de práticas arquitetadas por meio do discurso, ou seja, o indivíduo se constrói, forma sua identidade, por meio de determinadas práticas e essas, por sua vez, advêm, justamente, de alguns discursos, por isso compreende-se que os discursos são caminhos para a manifestação do poder.

Nessa visão, portanto, o poder não tem caráter negativo – embora essa forma continue existindo –, mas é, na verdade, um poder construtivo, uma vez que é construído através dos discursos. Para além da pura ideia do poder construtivo, Foucault (2014) mostra que o discurso é empregado para a operação de um poder que possui caráter disciplinar. Em uma de suas principais obras, *Vigiar e punir*, o sociólogo francês traz a concepção da construção do caráter disciplinar do poder a partir de diferentes espaços de disciplinamento, como quartéis militares, escolas, religiões, entre outros. Se em tempos passados o poder era demonstrado, sobretudo, por meio de torturas físicas, com o passar do tempo as “torturas” passam a ser realizadas contra a racionalidade e a “alma” das pessoas, e não por motivo de humanização da sociedade, mas simplesmente por que essa forma de manifestação do poder é mais propícia a atingir resultados efetivos em tempos atuais.

Isso significa que as novas formas de punição são, principalmente, domesticadoras. A ideia do panóptico resgatada de Jeremy Bentham, é proposta como uma forma de exemplificar os mecanismos utilizados para o exercício do poder de uma

autoridade como meio para moldar comportamentos dos indivíduos ali inseridos. Embora pensado como um mecanismo prisional, Foucault (2014) mostra que sua ideia conceitual pode ser, e muitas vezes, é também aplicada a diversos outros campos da sociedade. Isso o induz a conceitualizar a ideia dos corpos dóceis, corpos capazes de se adaptar às punições do corpo, por meio da disciplinarização das condutas, e da alma, disciplinando a forma de pensar. Os próprios indivíduos e seus corpos, neste sentido, passam a ser um espaço de poder.

Muito embora compreendamos essa concepção de formas de exercício do poder descritas por pensadores de diferentes abordagens epistêmicas, é imprescindível perceber a evolução da sociedade para o momento presente e as mais novas e variadas maneiras de submissão ao exercício do poder em tempos contemporâneos.

## **O PODER DAS REDES SOCIAIS**

Dentre todos os pontos de evolução da humanidade nos últimos anos ou décadas, um dos que mais se destacam é a evolução da capacidade de comunicação e inter-relacionamento, que ao mesmo tempo aproximam e afastam as pessoas, um paradoxo que será discutido mais adiante. Importante destacar que os mecanismos de comunicação em massa, em especial o advento e a popularização da internet, foram fatores cruciais para a massificação de tecnologias abstratas que se tornaram, em pouco tempo, a teia fecunda da proliferação de informações de todos os tipos: as redes sociais.

As redes sociais, embora seja um fenômeno relativamente recente do nosso tempo, já vêm sendo um ponto de muita discussão, análises e estudos nos mais variáveis campos. Nas ciências sociais entender o fenômeno das conexões interpessoais em rede é um dos pontos cruciais para compreender os movimentos, os problemas e os caminhos tomados pela sociedade na atualidade.

Como qualquer outra tecnologia de grande transformação, as redes sociais foram concebidas e tratadas como um grande facilitador às necessidades dos indivíduos em termos de comunicação, informação e entretenimento; e das organizações, em termos de marketing, globalização e vendas, mas, talvez justamente pelo seu aspecto utilitário praticamente universal, trouxeram na rabeira problemáticas que influenciam não apenas a vida daqueles que são seus usuários, mas também o fluxo de processos sociais que

alteram a realidade de forma mais ampla e transforma o curso da vida de outros sujeitos e a evolução de diversas instituições sociais, de organizações a estados.

Dentre os muitos estudos que tratam dos aspectos mais negativos das redes sociais, poderão ser encontrados artigos que trazem discussões sobre como o uso passivo das redes influenciam de forma negativa no bem-estar dos usuários (Cf. VERDUYN *et al.*, 2017); sobre a redução da capacidade de empatia por jovens, principais usuários dessas tecnologias (Cf. VOSSEN; VALKENBURG, 2016); e da amplificação da indiferença com o que e quem está do outro lado da teia, salientando aspectos como narcisismo, racismo, agressividade e disseminação de ódio (Cf. LEUNG; ZHANG, 2017; MATAMOROS-FERNÁNDEZ; FARKAS, 2020; CASTANO-PULGARIN *et al.*, 2021).

Quando não negativas, as relações construídas não são, em geral, aprofundadas. As redes sociais são instrumentos construídos para privilegiar o consumo rápido e o contato se reserva basicamente a ser igualmente raso, trivial, pueril. Todos esses pontos atestam, entre muitos outros aspectos, a efemeridade das relações construídas nessas plataformas, e o que haveria de ter o intuito de unir acaba, em termos práticos e sociais, por afastar.

Um dos pontos mais complexos e preocupantes, contudo, é sua capacidade de causar dependência. O vício em redes sociais não só é real como já é considerado como um problema de ordem psiquiátrica (GUEDES *et al.*, 2015) cujo número de usuários que podem ser considerados viciados supera 350 milhões de pessoas em todo o mundo (CHUNDURU, 2014), o que acaba por afetar a saúde mental dessas pessoas e, inclusive, diminuir certas capacidades cognitivas, como no desempenho acadêmico, por exemplo (HOU *et al.*, 2019).

Outro ponto necessário a se discutir é o que está exposto nas *timelines* dessas redes. Com algoritmos programados para compreender as preferências dos usuários, um mecanismo que inclusive favorece o uso abusivo dessas mídias, as organizações por traz das redes visam atender a expectativa e o gosto dos usuários, mas, ao fazerem, são propícias a estimular nos indivíduos o viés de confirmação. O viés de confirmação, como exposto por Kahneman (2012, p.106) são operações da memória associativa em que as pessoas “buscam dados que tenham maior probabilidade de se mostrarem compatíveis com as crenças que possuem”, [...] favorecendo a “aceitação acrítica de sugestões e o exagero da probabilidade de eventos extremos e improváveis”.



Este tipo de viés é uma tendência natural da forma de raciocínio da mente humana, porém, a exposição contínua ao mesmo tipo de conteúdo ou mesmo tipo de ideia acaba por fazer com que o indivíduo ignore, completamente, opiniões, ideias e informações divergentes das suas. Este fato propicia a sua inserção em uma bolha. Nesses virtuais ambientes não há espaço para o diferente ou para o divergente e isso implica, novamente, na separação e na fronteira onde, inclusive, é permitida a agressão e o cancelamento de quem não se enquadra em um mesmo grupo de ideias, potencializando as polarizações e as dicotomias.

Somando as bolhas de ideias convergentes ao uso massivo pelos usuários, cria-se um terreno catalizador para o exercício do poder por pessoas ou grupos com algum privilégio para explorá-las e, com a incapacidade das pessoas em perceber a redução da habilidade de discernimento ou do próprio abuso no uso, essas mídias tornam seus usuários uma massa sujeitada ao risco da manifestação desse poder.

## **A “MACRO” MICROFÍSICA DO PODER EXPRESSA NA VIRTUAL SOCIEDADE EM REDE**

A concepção do emprego das redes sociais como caminho para o exercício do poder não é uma ideia nova. O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han explora muito bem todos os aspectos discutidos anteriormente em diversos de seus ensaios sobre as condições sociais dos nossos tempos, com enfoque, sobretudo, a aspectos como o desenvolvimento negativo que o neoliberalismo impõe na atualidade e o individualismo trazido por ele.

Para Han (2018), as redes sociais são canais para fuga da realidade e hoje os indivíduos não mais separam o espaço público do privado, uma vez que, ao se expor por meio de vídeos, fotos e textos, deixam escancarado para que qualquer um possa ver detalhes da sua vida e de suas preferências. No meio digital a privacidade desaparece. O principal ponto negativo é que não há por parte do indivíduo capacidade de perceber todo o efeito dessas práticas e isso tem gerado uma crise generalizada em termos de perdas de valores e das relações reais. Como sugere o autor, simplesmente “embriagamo-nos hoje em dia da mídia digital, sem que possamos avaliar inteiramente as consequências dessa embriaguez. Essa cegueira e a estupidez simultânea a ela constituem a crise atual” (HAN, 2018, p. 13).

A questão adicional a ser considerada é que ao se “intoxicar” das redes sociais, os indivíduos criam uma armadilha para si próprios, uma vez que não só disponibilizam de boa vontade informações pessoais para cadastro, como também treinam, gratuitamente, inteligências artificiais para compreender, com detalhes, diversos aspectos de sua rotina, do que se tem preferência no consumo, de suas perspectivas sobre diferentes assuntos, em resumo, de sua vida. O resultado disso é que um conjunto expressivo de informações dos usuários, armazenadas por meio das *big datas*, são comercializadas a todo tipo de corporação e, embora toda essa prática seja de amplo conhecimento, já não há força para mudança, passa-se de cidadão a mero consumidor e, para além de consumidor, passa-se a ser o alvo de consumo também. Como dito por Andrew Lewis: “se você não está pagando por um produto, é sinal de que o produto é você”.

Mas o real impacto desse movimento não é o fato de as redes sociais suscitarem nos indivíduos um anseio carnal pelo consumismo. Sim, as informações dos usuários são amplamente empregadas para que as ações de marketing dos mais variados tipos de produtos e serviços sejam cirurgicamente precisos e potencializem, da forma mais capitalista possível, a capacidade de comercialização do que é que seja que se queira vender. Não que isso não seja um problema, mas as formas de exploração que dali surgem são, sem dúvidas, uma questão muito mais expressiva a se analisar.

Há, para além de um frenesi de consumo sem sentido, a proliferação de conceitos, de ideias e de propósitos, que de tão vívidos parecem impossíveis de não terem sua essência advinda do próprio âmago do sujeito que ali está apenas reproduzindo-as. A sutileza das expressões de poder vai se espalhando lentamente como uma célula cancerígena. Mas o enfermo, viciado, é incapaz de perceber os sintomas, e o que se gera a partir de tudo isso é uma sociedade moribunda.

Han (2018) resgata em Foucault a interpretação sobre o panóptico sob o qual estão sujeitos os indivíduos da nossa sociedade, trazendo nova interpretação do modelo ideal do cárcere e do conceito sobre a docilidade dos corpos para dentro do contexto das mídias sociais. Na concepção do panóptico digital, acredita-se que o espaço da comunicação é um espaço de pura liberdade quando na verdade é um espaço de vigilância contínua em que a expressão de liberdade é altamente explorada, ou seja, esses espaços, embora se expressem como livres, uma vez que não possuem intermediários e qualquer um possa se expressar de forma acessível e independente, são espaços de controle cujos vigilantes são

os próprios usuários que ali se expressam. Não que a vigilância de hoje impeça ou ataque a liberdade. O que ocorre é que no espaço virtual, é o indivíduo que vigia a si mesmo, voluntariamente. Como descreve Han (2018), é ele o responsável pela construção desse panóptico e é justamente pela participação ativa desse sujeito que essa variação panóptica se faz tão eficiente.

Um exemplo dessa condição pode ser dado ao se avaliar a questão do sucesso. A visão do sucesso, independentemente em qual área da vida, é vendida como algo estético, sem as arestas das dificuldades, das barreiras e do tempo. É repetido como um mantra de que simplesmente querer, se dedicar e se esforçar serão aspectos suficientes para garanti-lo. As imagens de pessoas bem sucedidas, as reproduções das frases de efeitos, as propagandas dos inúmeros livros e cursos de autoajuda que ensinam exatamente como conseguir, estão exaustivamente expostas nas redes. E mesmo reforçando que o caminho para o sucesso será difícil, toda essa demagogia é vendida como algo simples, fácil. O sujeito se convence que ele deve dar mais, deve extrair o máximo de si, deve deixar sua última gota de sangue e de suor, mas, muitas vezes, o que restará é a exaustão ou a frustração. O mal-estar provocado pelos excessos não são percebidos como um desvio, pelo contrário, pode fazer com que se estenda o tempo consumido nas redes sociais uma vez que elas também servem como um refúgio da realidade.

Acontece que, por um lado toda informação dada, voluntariamente, pelo sujeito também poderá e, possivelmente, será explorada não apenas para fins comerciais, mas também para fins políticos e, por outro, o exercício de se manter fiel às convicções alardeadas como verdades absolutas, amplas e socialmente aceitas, serão, juntas, o caminho profícuo e prático para a manipulação das massas.

É justamente neste ponto que o paradoxal título que abre esta seção demonstra a que conclusão podemos chegar. O que se busca elucidar aqui é o fato de que, embora os artifícios de expressão do poder se dão, nos tempos atuais, por aspectos microfísicos, como proposto por Foucault (2014), e que essa concepção se repete também nas redes sociais, como salientado por Han (2018), a aplicação dessas mídias tem, ao mesmo tempo, trazido retrocessos que nos remetem a momentos em que o poder soberano era prevacente. Se em seu aspecto microfísico o poder é sutilmente exercido e está distribuído por toda a sociedade, agora o que se vê são grupos de pessoas influentes e poderosas plantando a ideia diretamente nas cabeças das massas, não necessariamente

utilizando de intermediários, além dos próprios algoritmos. Ideias completamente absurdas passam a ser propagadas e retomam-se discussões sem sentido, como, por exemplo, se a terra é plana ou se as vacinas são eficazes. E, quando uma pessoa influente convence uma massa, por exemplo, que as vacinas não funcionam, passa-se a brincar com a vida. O “soberano” praticamente decide, novamente, quem vai viver e quem vai morrer.

Ao mesmo tempo, a sociedade que diz que com a internet e com as redes sociais se encontra livre para se expressar e defender o que considera mais interessante para si própria e que, ao mesmo tempo, considera-se mais disposta a combater as más ideias propagadas pelas mídias convencionais uma vez que, agora, consegue usar desse espaço para unir ideias convergentes, não consegue se organizar ou se unir de forma efetiva. Esses grupos sociais formados nas redes são virtuais no sentido estrito da palavra. Não saem de dentro das redes e, quando o fazem, não são suficientemente capazes de promover uma mudança real. Essa união virtual acaba por servir justamente para dar ainda mais legitimidade ao poder exercido por um pequeno grupo. Agindo dessa forma, de acordo com Han (2018), os sujeitos minam os moldes do que é uma organização social e, da mesma maneira efêmera com a qual são construídas, essas organizações se dissipam.

É claro que a combinação de tudo que foi discutido até aqui traz impactos reais fora dessas modernas mídias e afetam diversos aspectos de uma sociedade, inclusive econômica e financeiramente.

## **O IMPACTO SOCIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO NA SOCIEDADE**

Embora ao longo do texto já foram elencados de forma breve e pontual diversos problemas ocasionados pelos excessos nas redes sociais e pela expressão do poder nessas mídias, compreende-se que um ponto essencial a ser posto em voga e que por muitas vezes é pouco explorado, é como esse poder pode impactar negativamente na economia de uma sociedade e no âmbito financeiro da vida dos indivíduos, usuários ou não dessas redes.

Em todo o mundo, muitos movimentos de grande impacto social iniciam-se ou ganham força através da movimentação nas redes sociais. Da internet e das redes sociais partiram ações para a Primavera Árabe, para o *Brexit* ou para alçar ao poder da maior potência mundial um candidato *outlier*. No Brasil, não foi e não é diferente, nas três

últimas eleições que ocorreram no país, candidatos sem tempo significativo no horário eleitoral e de siglas novas, com recursos relativamente escassos frente aos políticos melhor financiados ou candidatos de siglas mais tradicionais, viram possíveis suas candidaturas e serem eleitos graças aos movimentos das redes sociais. Isso pôde ser percebido em vários níveis do executivo, como ocorrido, por exemplo, na prefeitura de Belo Horizonte, em 2016, no governo do estado de Minas Gerais e na presidência da república, em 2018. Deve ficar claro que aqui não se está comparando nenhum desses políticos nem fazendo juízo de valor sobre a pessoa de cada um. É necessário que se compreenda que esse movimento pode ser positivo por quebrar a hegemonia da política tradicional, mas também se incorre no risco de alçar ao poder pessoas ou grupos incapacitados para exercer efetivamente uma condução que atenda, efetivamente, aos anseios e as reais necessidades da população, ou ainda, que simplesmente utilizam das mídias sociais para manobrar as massas em propósitos escusos ou em benefícios próprios.

Boa parte das questões de ordem econômica e financeira partem daí. Em termos econômicos, esse tipo de movimento político influencia, por exemplo, em como investidores estrangeiros se sentem em termos de segurança para aportar capital no país. É claro que a simples mudança política já é um motivo para variações na confiabilidade sentida por esses investidores. Acontece que, havendo a incapacidade de liderança e de gestão, ou ainda a incapacidade de compreender a importância da construção de uma relação saudável com outras nações, a imagem de desordem criada afugenta o capital estrangeiro. Outro ponto é que se os usuários que ajudaram a eleger determinado político apenas foram utilizados como massa de manobra, não há porque acreditar que haverá efetivas ações voltadas às políticas sociais, fundamentais a qualquer país, e o que se terá, de fato, é o aumento das desigualdades, da pobreza e, por consequência, de outros problemas sociais como elevação dos índices de violência e escassez de recursos para saúde e educação.

As redes sociais ainda podem influenciar a forma de condução de políticas públicas e afetar diretamente o gerenciamento de crises que afetam os cidadãos de uma cidade, um estado ou um país. É o que se viu, por exemplo, na condução do controle de exposição dos indivíduos durante a pandemia, em que a influência negativa e a disseminação em massa de informações equivocadas ou elaboradas com o intuito da desinformação atrapalharam a adequada instrução da população e, por consequência,

permitiram maior exposição das pessoas. Entende-se que muitas pessoas seriam afetadas pela pandemia ainda que não houvesse essa desinformação, mas ao fazê-la o grupo influenciador potencializa o risco e aumenta o número de afetados. O próprio *site* do Senado brasileiro aponta estudos de que ao menos 120 mil de mortes poderiam ter sido evitadas no país apenas em 2020 e que a agilidade na aquisição de vacina poderia ter evitado, pelo menos, outras 95 mil (AGÊNCIA SENADO, 2021). Considerando que entre um quarto e um terço dos óbitos são de pessoas em idade economicamente ativa, é fácil perceber o impacto possível de ser gerado na previdência, na geração de renda, no ganho monetário das famílias e, inclusive, no PIB do país. Se considerarmos ainda as centenas de milhares de trabalhadores afastados por terem sido contagiados simplesmente por desacreditar na eficácia de algumas medidas de proteção, o valor do custo social, econômico e financeiro será muito mais significativo. É inimaginável que essa má condução seria tão efetiva não fosse a capilaridade e a força das redes sociais, que serviu como um amplificador das desinformações distribuídas a esmo.

Ainda em termos de movimentos de ordem política, pode-se citar um exemplo ocorrido no país, foi a discussão em torno da reforma trabalhista ocorrida no ano de 2017, que foi posteriormente aprovada. Nas dicotomias das redes sociais, haviam críticos ferrenhos, mas um grande grupo de pessoas apoiava a mudança e considerava fundamental a realização da reforma trabalhista como mecanismo de geração de empregos e redução do índice de desempregados, considerado muito elevado no país. O resultado da aprovação da reforma, contudo, não foi efetivo como imaginado ou esperado por esta parte da população ou pelo próprio governo, apenas contribuiu para a precarização de alguns postos de trabalho, como demonstrado por Antunes e Boucinhas Filho (2019) e Krein *et al.* (2019). Claro que essa discussão extrapola questões econômicas, pois é extremamente complexa e exige um aprofundamento que não cabe aqui. Ao mesmo tempo, é sabido que não houve interferência direta das redes sociais na aprovação, mas também não se viu efetivo movimento contrário à adoção das mudanças. É inegável, todavia, que sua adoção gerou efeitos negativos de ordem financeira para parte da população que segue acreditando que não é uma questão de precarização, basta querer e se dedicar que tudo se resolve – possivelmente a mesma que defendeu a mudança nas redes sociais.

Mas, no sentido do trabalho, o uso massivo das redes sociais leva a um movimento perturbado em que o trabalhador se autoexplora. Os capatazes e os patrões não precisam mais de empregar esse tipo de esforço, o próprio trabalhador o faz a si mesmo. Como dito por Han (2018), não se vive mais em uma sociedade disciplinar, mas em uma sociedade que se acredita em uma suposta liberdade que, na verdade, produz a compulsão do dever, na qual o indivíduo se explora até a exaustão.

A mesma exaustão que as redes causam em termos dos excessos aos quais os indivíduos se expõem pode ser percebida em termos da necessidade do fluxo de capital. A comercialização de produtos por essas mídias e a exploração publicitária é um bom exemplo. As redes, espaços abertos e virtualmente livres, permitem que qualquer um compre e venda praticamente de tudo o que quiser e, embora essa realidade se apresente como uma forma de equalizar as possibilidades e oportunidades, essa equalização está muito longe de acontecer. Isso porque, como já discutido sobre quem é o produto, as informações coletadas e geradas sobre os usuários são vendidas para quem tenha a disposição de pagar por elas, o que privilegia os grandes grupos detentores do capital.

Ainda que isso seja visto com certa naturalidade ou haja quem defenda que isso já ocorria por meio das mídias tradicionais, o que se deve perceber é que essa prática não só tornou isso muito mais barato e efetivo para as corporações, como também abre brecha para ações controversas, como a manipulação dos usuários. O próprio Facebook demonstrou essa possibilidade em uma pesquisa que envolveu a manipulação de quase 700 mil usuários da rede em 2014, e tudo de forma legal com o consentimento das pessoas que aceitaram os termos de uso (KRAMER, 2014). Com essa capacidade de manipulação, não só é uma tarefa hercúlea fazer frente a grandes grupos ricos e poderosos, como a massa está completamente à mercê de quem estiver disposto a pagar por isso, ao menos enquanto não houver legislação contrária e se uma eventual legislação for suficiente para impedir certas ações. É difícil acreditar que isso não influencie ainda mais a autoexploração e o consumismo desnecessário, afetando a saúde psíquica e financeira dos indivíduos que se matam de trabalhar para conseguir coisas que não precisam.

Caberiam muitas outras discussões de como as redes sociais podem afetar os usuários e, por consequência direta ou indireta, toda a sociedade. Mas já foi posto em discussão o suficiente para compreender que o que se deve pensar é que estando tão vulneráveis nas redes sociais, seria, no mínimo, necessário a percepção de que o uso

precisaria ser consciente e parcimonioso. Este fato será dificilmente percebido pelos usuários, sobretudo por que a maior parte pode não ter senso crítico para tal mudança ou mesmo já estar suscetível a um processo de dependência, e que dificilmente será tratado pelas autoridades, já que este é um grupo que pode se beneficiar muito de seu uso descabido. Neste cenário, a forma do exercício do poder como percebemos tenderá a continuar a funcionar assim perpetuamente.



## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Excesso de mortalidade**. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- ANTUNES, C. M. A; BOUCINHAS FILHO, J. C. Reforma trabalhista e geração de emprego. (Iniciação científica) **FGV EASP Pesquisa**, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa-easp.fgv.br/publicacoes/pibic/reforma-trabalhista-e-geracao-de-emprego>>. Acesso em: 4 ago. de 2021.
- ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 3. ed. Curitiba: EdUFPR, 2010.
- BOTELHO, A. O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2004, n. 62. pp. 93-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000200006>> Acessado em: 29 jul. 2021.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BYUNG-CHUL HAN: Sociedade do cansaço, 2015. Publicado por Clinicand. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VbPvH515KoY&t=2243s>>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- CASTANO-PULGARIN, S. A *et al.* Internet, social media and online hate speech. Systematic review. **Aggression and Violent Behavior**. n. 58, v. 6, 2002.
- CHUNDURU, A. P. Social media addiction. **Engineering for Real World**. p.1-15, 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GUEDES, E. et al. Social networking, a new online addiction: a review of Facebook and other addiction disorders. **Medical Express** n. 3, v. 1, 2016.
- LEUNG, L.; ZHANG, R. Narcissism and social media use by children and adolescents. *In: Internet Addiction in Children and Adolescents*. 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/321096728>>. Acesso em: 1 ago. 2021.
- MATAMOROS-FERNÁNDEZ, A; FARKAS, J. Racism, Hate Speech, and Social Media: A Systematic Review and Critique. **Television & New Media**. n. 22, v. 2, p. 205–224, 2020.
- HAN, B. C. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HOU, Y *et al.* Social media addiction: Its impact, mediation, and intervention. **Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace**. n.13, v.1, 2019.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KRAMER, A. DI; GUILLORY J. E; HANCOCK, J. T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences of United States of America**. v. 111, n. 24, p. 8788-8790, 2014.

KREIN J. D; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Cadernos CRH**. n. 32, v. 86, p. 225-230, 2019.

PISA, L. F. O que representamos para o Facebook: como o poder e os discursos operam na construção de subjetividades. **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013.

VASCONCELOS, K. E. L; SCHMALLER, V. P. V; SILVA, M. da. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 1, p. 82-90, 2013.

VERDUYN, P. *et al.* A Critical Review: Do Social Network Sites Enhance or Undermine Subjective Well-Being? **Social Issues and Policy Review**. n. 11, v. 1, p. 274-302, 2017.

VOSEN; VALKENBURG. Do social media foster or curtail adolescents' empathy? A longitudinal study. **Computers in Human Behavior**. v. 63, p.118-124, 2016.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2015.